

# Haddad vê perda de R\$ 100 bi em 5 anos se Perse for mantido

Preocupação é com fraudes, diz presidente da associação de bares e restaurantes, que se reuniu com o ministro

Adriana Fernandes

**BRASÍLIA** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, projetou uma perda de R\$ 102 bilhões de arrecadação em cinco anos caso o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) seja mantido, de acordo com o presidente da Abraed (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), Paulo Solimucci.

Haddad e os representantes do setor de bares se reuniram, em São Paulo, nesta sexta-feira (26), para discutir a MP (medida provisória) de reconstrução da folha de pagamentos para 17 setores da economia e prefeituras. AMP faz parte de um pacote que inclui a revogação do Perse, benefício fiscal que foi cria-

do para socorrer as empresas de eventos durante a pandemia da Covid-19.

O fim do Perse foi proposto pela equipe econômica como uma medida de compensação pela perda de receita com a reconstrução gradual da folha de pagamentos. Mas a proposta sofre resistências no Congresso, principalmente na Câmara dos Deputados.

"O ministro alega, e ele foi muito cauteloso, que tem fraude. Um evento, por exemplo, que tradicionalmente faturava R\$ 1 milhão passou a faturar R\$ 4 milhões, R\$ 5 milhões", disse à Folha o presidente da Abraed.

Segundo ele, Haddad está disposto a garantir um limite de R\$ 25 bilhões de renúncia do programa, como cobrou

o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

"O Lira está muito firme em honrar esse acordo de até R\$ 25 bilhões", disse Solimucci, que também se reuniu nos últimos dias, em Macaé (RJ), com o presidente da Câmara.

Pelos cálculos do Ministério da Fazenda, somente no ano passado a renúncia chegou a R\$ 17 bilhões. A conta é feita com base nas informações de declarações à Receita pelas empresas, sem levar em conta as possíveis fraudes.

Haddad está preocupado com o impacto nas contas públicas do programa, que tem sido alvo de críticas. A perda de receita projetada pode dificultar ainda mais o cumprimento da meta de déficit zero do governo para 2024.

O benefício do Perse zerou os tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) em um setor que já se recuperou e continua crescendo. É com base nesse argumento que a equipe econômica vai tentar convencer os senadores e deputados a extinguir o programa.

Para o presidente da Abraed, a fraude tem que ser combatida pela Receita, mas não pode prejudicar as empresas que estão atuando corretamente dentro das regras do Perse. Ele afirma que fez questão de dizer à Haddad que as empresas do setor estão cumprindo as normas do programa.

Narcísio, o setor apresentou duas propostas a Haddad para limitar o alcance do Perse: a primeira propõe limitar a compensação do benefício ao prejuízo declarado pela empresa no período entre 2022 e 2023.

Por exemplo, se a empresa declarou que teve um prejuízo de R\$ 1 milhão, ela só poderá usar o benefício do Perse até esse valor. Base modelo ficaria valendo por cinco anos, a contar de 2023.

Outra alternativa discutida com o ministro é estabelecer com base no faturamento médio das empresas em 2023, antes do impacto da Covid-19. A ideia é que seja considerado o faturamento médio men-

sal, multiplicado por 60 vezes e corrigido pela inflação. Haddad disse aos representantes do setor que a Receita vai analisar as sugestões apresentadas e fazer os cálculos.

O valor da renúncia foi motivo de rixas entre Haddad e o presidente da Câmara. Como revelou a Folha, Lira cobrou em encontro com Haddad, no início da semana, o cumprimento de um acordo firmado de segundo o qual o governo aceitará uma renúncia para o Perse de até R\$ 25 bilhões.

Em entrevista ao Roda Viva, da TV Cultura, na segunda (22), Haddad apresentou outra versão e afirmou que esse entendimento seria de R\$ 20 bilhões. A reação de Lira foi imediata.

Enquanto o programa ainda estava sendo transmitido ao vivo, Lira respondeu a Haddad, em entrevista ao portal Poder 360: "Quem tem sua boca fala o que quer". E completou: "Ele não combinou comigo. Combinou R\$ 25 bilhões com o Congresso".

Os deputados resistem à revogação do Perse. No Senado, o cenário é um pouco diferente. Os congressistas da Casa não consideram o programa para o setor de eventos um ponto central, e o seu fim tem feito parte das negociações em curso para manter a desoneração da folha de pagamentos até 2027.

## Autonomia financeira do BC será discutida com Campos Neto

Renato Machado

**BRASÍLIA** O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deve se encontrar na terça (30) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir a proposta que prevê a autonomia financeira da instituição.

A proposta de autonomia financeira enfrenta certa resistência do governo Lula, cujo partido, o PT, já havia se oposto à autonomia operacional do Banco Central, que foi sancionada por Jair Bolsonaro (PL) em 2021. Além disso, há outros pontos de discordância.

A reunião, marcada inicialmente para o fim da tarde, no Ministério da Fazenda, foi confirmada à Folha por uma pessoa ligada a Campos Neto. O Banco Central e o Ministério da Fazenda foram procurados, mas não se pronunciaram sobre o encontro.

O Senado analisa uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que prevê a autonomia de gestão administrativa, contábil, orçamentária, financeira e patrimonial do BC.

A instituição já usufrui de autonomia operacional, em decorrência de uma lei de 2021, que estabeleceu mandato de quatro anos para o seu presidente, que não coincide com o mandato do chefe do Executivo. A proposta busca evitar influência política do governo sobre a instituição.

Em relação à PEC, o governo também manifesta contrariedade com o ponto que prevê supervisão do BC, que teria feita pelo Congresso Nacional.

Campos Neto tem uma posição favorável à proposta pelo seu conceito principal, de conceder autonomia financeira para a instituição. Tem dito a interlocutores e mesmo publicamente que esse era um "sonho" de seu avô, o economista Roberto Campos, que ocupou cargos de primeiro escalão em diferentes governos no século passado e foi um dos criadores do BC.

"Acho que a autonomia, e não só a autonomia, e sim qualquer parâmetro institucional, sofre melhoramentos ao longo do tempo. Eu vou lá as notícias do meu avô, quando ele desenhou o processo de autonomia, ele tinha três flechinhas, que ele dizia: autonomia operacional, autonomia administrativa e autonomia financeira", afirmou durante seminário da Folha sobre autonomia do BC, em maio do ano passado.

Campos Neto vive um momento de boa interlocução com o governo federal, após um início de governo Lula recheado de confrontos. A situação começou a mudar após as primeiras reduções na taxa básica de juros.



O ministro Fernando Haddad (Fazenda), que se preocupa com impacto nas contas públicas de programa de ajuda ao setor de eventos. Adriano Machado - 28.01.2024/Reuters

## Ministro critica forma atabalhoada de anúncio de pacote industrial

Catia Seabra e Victoria Azevedo

**BRASÍLIA** O ministro Fernando Haddad (Fazenda) tem reclamado, em conversas, da forma atabalhoada com que foi anunciado o pacote de medidas voltadas ao setor industrial apresentado na segunda-feira (23) durante evento no Palácio do Planalto.

Sem mencionar o alvo de suas críticas, Haddad lamentou a falta de detalhamento da proposta — batizada de Nova Indústria Brasil.

Em reunião com líderes partidários da Câmara dos Deputados na tarde de terça-feira (23), o ministro apontou para um painel que registra indicadores econômicos — como Bolsa e dólar — para afirmar que sofreu oscilações devido que medidas de impacto são anunciadas sem de devido esclarecimento.

Aos líderes Haddad disse ainda que não tinha sido informado até domingo (21) sobre o lançamento do pacote. Membros do governo, no entanto, lembram que o Ministério da Fazenda faz parte do conselho que discute o plano.

Alguns parlamentares perguntaram se o ministro se referia ao BNDES, presidido por Aloizio Mercadante. Segundo participantes, Haddad só respondeu que o BNDES também não o havia informado sobre o teor da proposta. O lançamento do pacote estava a cargo do Casa Civil, sob o comando de Rui Costa.

Procurados, os ministros não se manifestaram sobre o tema.

A um colega de Esplanada Haddad contou que o presidente Lula (PT) havia lhe telefonado na noite de domingo para obter informações sobre

o plano, cujo anúncio estava previsto para o dia seguinte. Haddad disse a Lula que desconfia seu teor, tal como o presidente.

A proposta foi apresentada a Lula na própria segunda, durante reunião do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial).

Logo em seguida, foi exibida à imprensa — que já havia sido convidada desde a semana passada para o evento de divulgação. Haddad permaneceu em São Paulo o dia todo, sem participar do lançamento.

Na reunião que antecedeu o lançamento no mesmo dia, Lula reclamou que a proposta não tinha pontos concretos e dava margem para as críticas de que se tratava de uma revolução de medidas antigas.

Também apontou falhas no documento, como problemas nos prazos para cumprimento das "metas aspiracionais"

estabelecidas.

O evento começou com atraso. Ao chegar, o presidente se mostrou irritado e disse que vinha de uma reunião "ruim". O episódio abalou o conceito de Rui Costa na Esplanada, segundo integrantes do governo.

Outro foco de queixa foi a divulgação de um volume de recursos na ordem de R\$ 300 bilhões sem reforçar que esses seriam investimentos do BNDES no período de quatro anos, considerando 2023.

Presente à reunião com os parlamentares, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, interveio nesse momento para não deixar escapar, por 2023, o desembolso do BNDES teria sido de mais de R\$ 70 bilhões (o que indicaria um número já compatível com o plano apresentado).

Os números oficiais do banco na internet mostram R\$ 75

## Plano Nova Indústria Brasil

### INSTRUMENTOS

- Emprestimos
- Subvenções
- Créditos tributários
- Recursos de conteúdo local
- Comércio exterior
- Margem de preferência
- Compras governamentais
- Investimento público

### MISSÕES

- 1 Cadeias agroindustriais
- 2 Saúde
- 3 Infraestrutura, planejamento, moradia e mobilidade
- 4 Transformação digital da indústria
- 5 Bioeconomia, descarbonização e transição energética
- 6 Soberania e defesa

bilhões desembolsados de janeiro a setembro de 2023 para todos os setores (não só para a indústria, que recebeu apenas R\$ 16 bilhões no período).

A proposta apresentada a Lula foi produzida ao longo do segundo semestre de 2023 pelos membros do CNDI. O CNDI é vinculado à Presidência da República e liderado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

O colegiado é composto por 20 ministros, além do BNDES, 21 conselheiros representantes da sociedade civil. Os conselheiros são indicados por entidades privadas (como CNI e outras associações setoriais como Abiquim, na indústria química; Andiva, de veículos; e Instituto Aço Brasil, de empresas siderúrgicas) e de empresas sindicais (CUT, Força e UGT).